



# Anais do XIV Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"

24 a 25 de setembro de 2020



**Volume XIV, n. 18, set. 2020**  
ISSN: 1982-3657 | Prefixo DOI: 10.29380

## **EIXO 18 - METODOLOGIA DE PESQUISA E ÁREAS AFINS.**

Editores responsáveis: **Veleida Anahi da Silva - Bernard Charlot**

DOI: <http://dx.doi.org/10.29380/2020.14.18.10>

Recebido em: **29/07/2020**

Aprovado em: **02/08/2020**

FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA BRASILEIRA: SINALIZAÇÕES SOBRE A QUESTÃO DO NEGRO; BRAZILIAN SOCIO-HISTORICAL FORMATION: SIGNS ON THE BLACK ISSUE; FORMACIÓN SOCIO-HISTÓRICA BRASILEÑA: SIGNOS DE LA CUESTIÓN NEGRA

MAYARA AUGUSTA MONTEIRO RAMOS

[HTTPS://ORCID.ORG/0000-0003-2672-259X](https://orcid.org/0000-0003-2672-259X)

CLEVERTON ALVES DE SOUZA

[HTTPS://ORCID.ORG/0000-0002-7174-9751](https://orcid.org/0000-0002-7174-9751)

MARIA DA CONCEICAO ALMEIDA VASCONCELOS

<https://orcid.org/0000-0002-8243-5926>

## RESUMO

Este artigo tem como propósito trazer algumas reflexões acerca da questão étnico-racial e sua interligação com a formação sócio-histórica brasileira, com vistas a compreender a situação do negro no Brasil contemporâneo. Trata-se de uma pesquisa de caráter bibliográfico sobre o tema, mas que utiliza de dados estatísticos sobre a situação da população negra na atualidade, os quais contribuem para mostrar como elementos dessa formação, mesmo com outra roupagem, continuam presentes na realidade da população negra brasileira. São apresentados aspectos da sociedade brasileira em seu processo inicial de formação, adentrando-se para o momento contemporâneo, cujas reflexões objetivam mostrar como foi se configurando a questão étnico-racial, sempre com um lastro intrínseco do racismo estrutural e estruturante das relações sociais.

Palavras-chave: Formação sócio-histórica, questão étnico-racial, população negra, racismo, Brasil.

## ABSTRACT

This paper aims to bring some reflections on the ethnic-racial issue and its interconnection with the Brazilian socio-historical formation, in order to understand the situation of black people in contemporary Brazil. This is a bibliographic research on the subject, but which uses statistical data on the situation of the black population today, which contribute to show how elements of this formation, even in another guise, they are still present in the reality of the black Brazilian population. Aspects of Brazilian society in its initial formation process are presented, going into the contemporary moment, whose reflections aim to show how the ethnic-racial issue was configured, always with an intrinsic basis of the structural and structuring racism of social relations.

**Keywords:** Socio-historical formation, Ethnic-racial issue, Black population, Racism.

## RESUMEN

Este artículo pretende aportar algunas reflexiones sobre la cuestión étnico-racial y su interconexión con la formación socio-histórica brasileña, con el fin de comprender la situación de los negros en el Brasil contemporáneo. Se trata de una investigación bibliográfica sobre el tema, pero utiliza datos estadísticos sobre la situación de la población negra hoy en día, que contribuyen a mostrar cómo los elementos de esta formación, incluso de forma diferente, siguen presentes en la realidad de la población negra brasileña. Se presentan aspectos de la sociedad brasileña en su proceso inicial de formación, entrando en el momento contemporáneo, cuyas reflexiones pretenden mostrar cómo se ha configurado la cuestión étnico-racial, siempre con un lastre intrínseco de racismo estructural y estructuración de las relaciones sociales.

Palabras-claves: Formación socio-histórica, Problema étnico-racial, Población negra, Racismo, Brasil.

## INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo discutir a questão étnico-racial e sua interconexão com a formação sócio-histórica brasileira. Para o entendimento do tema é necessário, preliminarmente, compreender os determinantes sócio-históricos que resultaram na exclusão e discriminação da população negra no Brasil. Nessa direção, não podemos perder de vista a escravidão enquanto elemento primordial para a constituição do capitalismo no Brasil, e de como foi gestado o processo de desigualdade social e econômica no país, desde o período da colonização. Ao ser trazido de maneira forçada para trabalhar na condição de escravo, o povo africano foi peça importante para a dinamização do trabalho durante os três séculos de escravidão, sendo responsável pela construção da economia insurgente. Entretanto, foram excluídos da divisão da riqueza socialmente produzida com sua força de trabalho (MOURA, 1992).

Considerando-se os dados do Censo 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que demonstram que mais da metade da população brasileira (50,7%) se autodeclarou preta ou parda (BRASIL, 2017), ratifica-se a necessidade de realizar constantes mediações entre a formação sócio-histórica brasileira e a questão étnico-racial de modo a elucidar a situação do negro no Brasil na contemporaneidade, que apresenta traços particulares e precisa ser analisada a partir das características que compõem essa formação.

Em se tratando da situação socioeconômica, os resultados ilustram que em 2017 a taxa de desocupação foi maior para a população preta e parda do que para a população branca – diferença de 4,6%, chegando a 6,9% no Espírito Santo – (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2018). Essa é uma situação histórica, na qual os negros sempre foram marginalizados, a ponto de estes não chegarem a integrar a classe operária no país, ocupada por imigrantes, não negros. Por isso, tratar a questão social por si só, sem realizar os recortes de raça e etnia faz com que não seja captada a totalidade de nuances que afeta a classe trabalhadora brasileira (MARTINS, 2013).

Assim, esse artigo resulta de reflexões da pesquisa bibliográfica realizada sobre o tema, além de envolver elementos quantitativos que contribuíram para adensar ao debate contemporâneo alguns aspectos que, mesmo com outra roupagem, mostram que o processo de formação sócio-histórica brasileira contém uma intrínseca relação com a situação da população negra na atualidade.

## **BRASIL DA ESCRAVIDÃO À ABOLIÇÃO: REBATIMENTOS PARA A POPULAÇÃO NEGRA**

Ao traçar aspectos específicos da realidade brasileira, Fernandes (2006) aponta uma economia voltada para a exportação com manutenção das estruturas coloniais, pois os antigos senhores donos das terras se transformam em uma aristocracia agrária, de modo que a estrutura mercantil visava atrelamento com o mercado internacional, em detrimento do nacional, que recebia menor importância. A realização do trabalho envolvia o processo de expropriação de terras e exploração do escravo em favor dos interesses econômicos da Colônia.

Partimos do pressuposto de que a escravização de africanos e seus descendentes em terras nacionais não ocorreu por acidente - representou uma política de Estado. “A utilização da mão de obra, trazida compulsoriamente do continente africano, veio suprir a carência de força de trabalho nas grandes lavouras de monocultura da colônia, a qual, por sua vez, abastecia o sistema mercantilista com açúcar, café e algodão”. (MENEZES, 2010, p. 16-17).

Os colonizadores utilizavam-se do discurso de que os povos africanos eram pagãos e atrasados, a fim de justificar de forma “plausível” a escravidão e, assim, legitimá-la. Dessa forma,

A escravidão era vista como natural e necessária para o desenvolvimento e enriquecimento da colônia. Apesar da vasta extensão territorial (e talvez também por isso), a utilização de mão de obra africana não era questionada - pelo contrário, uma vez que o tráfico era muito lucrativo. A Igreja Católica, desde o início, levantou-se contra a escravização indígena, mas não questionou a legitimidade da escravização de africanos - era inclusive proprietária de várias 'peças'. (MENEZES, 2010, p. 18).

A elite colonial vivenciou um cenário de prosperidade devido ao tráfico de escravos, aumentando principalmente sua lucratividade. O capitalismo inglês, por sua vez, foi beneficiado pelo regime escravocrata brasileiro, já que este era o destinatário das matérias-primas aqui produzidas, conforme afirma a autora.

As tentativas de transferência dos modelos das economias centrais não visavam um real desenvolvimento interno, mas sim a articulação com esses países, mantendo e reforçando o teor dependente da economia brasileira. Desse modo, a expansão do capitalismo no Brasil ocorreu de forma paralela e diferenciada do que acontecia nos países "desenvolvidos". (FERNANDES, 2006).

Assim, no que concerne à economia brasileira,

[...] as relações econômicas com o exterior não se alteraram, apenas, dentro de um contexto histórico que preservava certas dependências nucleares. [...] Por isso, o sistema de ajustamentos econômicos teria de ser alterado nesse nível, para que a 'economia nacional' em emergência pudesse articular-se, normalmente, às funções que lhe cabiam no cenário econômico mundial. (FERNANDES, 2016, p.116-117).

Nesse sentido, o neocolonialismo atuou na mesma direção da modernização econômica, com vistas à articulação com as hegemonias presentes no exterior. No tocante à estrutura social o cenário é bem semelhante, embora existam algumas ressalvas em determinados setores do país que "[...] ainda conservam nossas relações sociais, em particular de classe, um acentuado cunho colonial." (PRADO JÚNIOR, 2011, p.10).

Com o advento da expansão marítima nos países, a emigração para a América ocorreu de modo que "[...] se adotasse universalmente nos trópicos americanos a **mão-de-obra escrava** de outras raças, indígenas do continente ou **negros africanos importados**, muitos colonos europeus tiveram de se sujeitar, embora a contragosto, aquela condição." (PRADO JÚNIOR, 2011, p.26, grifos nossos).

O autor destaca que as colônias tropicais do Brasil não chegaram a utilizar a mão de obra branca nesse momento, dado que países como Portugal e Espanha, a quem pertencia a maioria desses trabalhadores, não possuíam força de trabalho disponível para o processo emigratório. Surge, então, um tipo de sociedade inteiramente nova,

Mas [que] conservará no entanto um acentuado caráter mercantil; será a empresa do colono branco, que reúne à natureza, pródiga em recursos aproveitáveis para a produção de gêneros de grande valor comercial, o trabalho recrutado entre **raças inferiores que domina: indígenas ou negros africanos importados**. (PRADO JÚNIOR, 2011, p.28, grifos nossos).

Observa-se, portanto, que a característica universal é a exploração dos recursos naturais, pois desde o período colonial o país configurou-se enquanto economia agroexportadora. Para além disso, percebe-se que o recrutamento de mão de obra da população indígena e africana será responsável por constituir o sentido da colônia brasileira. Nessa perspectiva,

A produção de uma economia colonial, e por isto destinada a um mercado

externo cada vez maior, era fruto desse trabalho negro-escravo. E essa economia, que passa pela produção açucareira, pela mineração, produtos tropicais e termina na fase do café, é feita pelo negro. No entanto, esse fato não contribui em nada para que ele consiga um mínimo dessa renda em proveito próprio. Pelo contrário. Toda essa produção é enviada para o exterior, e os senhores de escravos ficam com todo o lucro da exportação e comercialização. (MOURA, 1992, p. 12).

No Brasil, o período escravocrata durou desde meados do século XVI até início do século XIX, período no qual a população negra vivia num contexto desumano e discriminatório, com péssimas condições de vida e saúde, torturas, castigos e repressão nos âmbitos religioso e artístico. Somente em 1888 aconteceu a abolição da escravidão. Todavia, este acontecimento não conseguiu reparar as sequelas do referido regime, visto que seus rebatimentos ainda podem ser visualizados e sentidos no cenário contemporâneo, principalmente nas classes subalternas. Nota-se, por exemplo, que "[...] a cor da pele atua, ao longo dos tempos, como um 'critério objetivo' para definir quais postos podem e devem ser ocupados no mercado de trabalho brasileiro, e por quem." (MENEZES, 2010, p. 10).

De certo, o negro foi o grande povoador das terras brasileiras, estando presente como mão-de-obra em todo o território, nas mais diversas atividades, desde os engenhos e plantações nordestinos até a extração no Amazonas. Destaca-se que, para além de povoar, a população negra ocupou os espaços econômicos e sociais do Brasil, impulsionando seu desenvolvimento. Enquanto ao branco cabia a ocupação de locais subalternos posteriormente, o negro "[...] vivia como se fosse um animal, não tinha nenhum direito, e pelas Ordenações do Reino podia ser vendido, trocado, castigado, mutilado ou mesmo morto sem que ninguém ou nenhuma instituição pudesse intervir em seu favor." (MOURA, 1992, p. 16).

Assim, são reforçadas as características do Brasil sob a perspectiva étnica, somente após muitos anos, em alguns locais específicos, os imigrantes brancos começaram a integrar camadas subalternas da população nacional, historicamente ocupada pelos outros grupos, o que traz consequências que se perpetuam até o contexto sócio-histórico atual.

É fundamental compreender a questão étnico-racial no contexto da formação sócio-histórica brasileira, tendo-se como referência o processo de colonização e, posteriormente, o desenvolvimento do capitalismo e o processo de exploração ao qual os trabalhadores foram submetidos após a emergência do trabalho livre. Esse cenário exige a compreensão das diferenças étnico-raciais, que culminaram nas desigualdades sociais e no agravamento da disparidade da sociedade de classes, especialmente, quando a condição étnico-racial é salientada (MARTINS, 2016). Assim,

A discussão da questão étnico-racial se insere, portanto, nas relações de produção adotadas no âmbito dessa forma de inserção econômica do Brasil na dinâmica do capital internacional. Obviamente, nessa dinâmica as relações de produção são baseadas na superexploração da força de trabalho característica marcadamente encontrada nos países colonizados, cuja economia agroexportadora se constituiu em condição complementar às economias imperialistas. Diante dessa inserção subordinada à dinâmica do capital internacional, o Brasil é visto e tratado como fonte de matéria-prima e de força de trabalho de baixo custo, essenciais ao desenvolvimento das economias centrais. (MARTINS, 2016, p. 44).

Desse modo, compreendemos a questão étnico-racial como construção histórica dentro da sociedade de classes. No cenário mundial, conforme destaca a autora, ela associa-se ao processo de colonização no período de constituição do modo de produção capitalista; já no Brasil, será definida e aprofundada durante o desenvolvimento do capitalismo no país, assumindo características próprias no processo de mudança do trabalho escravo para o trabalho livre, momento em que a forma de acumulação

capitalista nos países da Europa precisava de modificações.

É nesse contexto de transformações e de necessidade de redefinir a força de trabalho no país que a questão étnico-racial se define e se aprofunda, uma vez que o trabalhador submetido ao trabalho escravo é posto à margem do processo produtivo que começa a se instaurar no Brasil. (MARTINS, 2016, p. 22).

Ao analisar os nexos das condições de trabalho, especialmente da população negra, a autora destaca que os trabalhadores negros foram considerados incompatíveis com o trabalho assalariado nos moldes capitalistas.

Esse é o ponto fulcral de determinação das relações de trabalho do negro na sociedade brasileira e, nesse sentido, ele se constitui em elemento principal da tentativa de apontar os nexos entre questão étnico-racial e o Núcleo de Fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira. (MARTINS, p. 23-24).

Sob o mesmo ponto de vista, é na esfera do trabalho que o período colonial deixou suas marcas mais permanentes, uma vez que o “trabalho mecânico” era estigmatizante e tornou-se mais degradante ao “substituir” o trabalho escravo pelo trabalho de “homens livres” ou “semilivres”, o que ocasionava a perda de dignidade daqueles que o faziam. Devido a isso, os imigrantes europeus não se inseriam em tais atividades laborais, deixando para os homens escravizados os trabalhos mecânicos e as atividades mais simples (FERNANDES, 2006). Nesse sentido,

A persistência da escravidão, seja no meio rural, seja no meio urbano, fez com que todo esse complexo colonial do trabalho se perpetuasse em bloco, ao longo do século XIX, dificultando a formação, a diferenciação e a expansão de um autêntico mercado de trabalho (ao lado do mercado de escravos) e facilitando a ultra-exploração do liberto e do “homem livre” ou “semilivre” [...] Por isso, os progressos imediatos da modernização e do grau de descolonização imanente à emancipação nacional não liberam o escravo nem livram a economia do trabalho escravo. (FERNANDES, 2006, p. 226).

Muito embora tenham ocorrido alterações na relação entre o capitalismo e a escravidão, ambos permanecem com as características coloniais. Desse modo, há permanência do trabalho negro enquanto trabalho braçal, bruto e doméstico, com as pessoas escravizadas não sendo absorvidas em outros âmbitos enquanto trabalhadores livres nas manufaturas, por exemplo. Nessa direção, Fernandes (2006, p. 227, grifos nossos) é enfático ao afirmar que

As diversas tentativas de absorção do trabalho escravo em outras órbitas ou fronteiras econômicas [...] nas quais o escravo poderia aparecer como equivalente do trabalhador livre e como agente da nova ordem econômica emergente, falharam reiterada e redondamente. **Não só porque o escravo não tinha preparo para as novas tarefas**, mas especialmente porque, mantido o padrão colonial de produção, não se podiam ampliar ou diferenciar seja a eficácia, seja a produtividade do trabalho escravo.

Menezes (2010, p. 37) pontua que durante o período colonial, a população escravizada se constituiu como a base da mão de obra, contudo, o cenário posterior, ou seja, pós-escravista apresentará especificidades visto que este

[...] não se preparou para absorver os ex-escravos e nem se preocupou com isso, já que os pretos e mulatos haviam perdido a sua condição de “agente social histórico”. Assim, passaram de escravizados a trabalhadores livres sem capacitação, tornando-se o subproletariado, já que a estrutura social modificada não mais absorvia a mão de obra advinda do trabalho forçado e

não pago. Tornaram-se economicamente dispensáveis naquele contexto, transformando-se num contingente populacional ‘livre’, mas em situação de pobreza e miserabilidade. (MENEZES, 2010, p. 37)

Martins (2016), a partir de Andrews (1998), enfatiza que o negro não estava despreparado para o trabalho, visto que as habilidades de quaisquer trabalhadores são adquiridas no processo produtivo, independentemente da etnia. Atrelado a isso, a autora utiliza o pensamento de Hanchard (2001) para destacar que devemos nos atentar ao papel assumido pelo Estado nesse processo, que, preferencialmente, optou pela mão de obra branca, negando, assim, a assistência à população negra no processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Nessa lógica, Mendonça (2018, p. 30) utiliza a argumentação de Jaccoud (2008) ao afirmar que

[...] apesar de ser considerada como discriminação de classe, a discriminação racial é um fenômeno presente na dinâmica social brasileira. Operando na ordem da distribuição do prestígio e privilégios sociais, os mecanismos raciais de discriminação atuam mesmo nos espaços sociais e econômicos da sociedade. Esses mecanismos não apenas influenciam na distribuição de lugares e oportunidades. Reforçados pela própria composição racial da pobreza, eles atuam naturalizando a surpreendente desigualdade social do país. (JACCOUD, 2008, p.15)

À luz dessa argumentação, destaca-se, conforme a autora, que o racismo se instaura na transição capitalista da sociedade brasileira, dado que ao negar o trabalho assalariado à população negra, este grupo tende a conviver com o desemprego, péssimas condições de trabalho e, sobretudo, com o trabalho informal.

Assim, quando se toma a desocupação e/ou desemprego, a informalidade e/ou a precarização das relações de trabalho dos negros como expressões da questão social reiterada e aprofundada pelas determinações da questão étnico-racial, não resta dúvida de que suas raízes estão fincadas no trânsito do trabalho escravo para o trabalho livre no país. (MARTINS, 2016, p. 32).

A respeito disso, Ianni (1966, p. 18-19) argumenta que

No processo de formação do capitalismo no Brasil, a criação do proletariado também baseou-se nas regras inerentes à lei de oferta e procura, em que o mais forte sempre procura obter o máximo de vantagens. Por isso, no jogo de preferências, fundadas em razões econômicas, e segundo as condições culturais herdadas da escravatura, o negro foi preterido, em benefício do imigrante. Assim, o negro que formará o exército dos desocupados, dos sem trabalho. Como a oferta de braços era maior que a procura, situação criada deliberadamente com a política oficial e privilegiada de imigração, o negro viu-se à margem das atividades produtivas. No jogo de excedentes, cabia-lhes a pior posição. (IANNI, 1966, p. 18-19)

Martins (2016) sinaliza que os imigrantes serviram como estratégia de enfretamento para a “problemática” da força de trabalho no processo de constituição do capitalismo. Tal atitude se justificava devido ao fato de alegarem a escassez de trabalhadores nas regiões onde a economia começava a se expandir ou com a argumentação de que o trabalhador negro seria incompatível para exercer o trabalho assalariado. Numa tendência discriminatória e desqualificante, percebe-se, assim, que o racismo ao longo da política imigratória preferenciava os imigrantes europeus.

Essa força de trabalho, considerada, no pós-abolição, “inferior”, “sinônimo de escravo”, encontrou nas poucas oportunidades existentes as piores condições de trabalho. Os trabalhadores negros viverão, portanto, das ocupações com remuneração extremamente baixa, sem os avanços tecnológicos já alcançados para a produção e com piores condições de trabalho, sem os poucos

direitos conquistados e com relações de traços eminentemente pré-capitalistas. (MARTINS, 2016, p. 36).

Diante dessa conjuntura, é evidente a existência de uma sociedade de castas, onde um grupo localizava-se em local privilegiado, em detrimento da exploração e escravização de outros. Nesse sentido, compreende-se a forma que aconteceram as mudanças na época, a mentalidade e comportamento do grupo privilegiado se alteram, mas sem vislumbrar alterações na sua situação de vantagem nos âmbitos político, social e econômico.

Outro elemento importante desse processo é a constante manutenção e renovação de características do passado. Sobre isso, Fernandes (2006) expõe que as raízes históricas, econômicas e políticas de períodos anteriores são mantidas. Dessa forma, o “senhor antigo” transforma-se no “burguês moderno” em alguma medida; isto é, a nova ordem social continua com o privilegiamento de alguns, desigualdade entre as classes e sem empenhar esforços para a modificação desse cenário.

Se por um lado é evidente que aqueles que detinham o poder mantiveram-se em seus locais de privilégio durante o desenrolar da história brasileira, por outro lado, “[...] guardadas as proporções, o trabalho livre se configura (como ocorreu com o trabalho escravo) do modo mais cínico e brutal, como puro instrumento de espoliação econômica e de acumulação tão intensiva quanto possível de capital.” (FERNANDES, 2006, p. 232-233). Com isso,

O trabalhador nacional descendente de africanos seria marginalizado e estigmatizado. [...] O negro, ex escravo, é atirado como sobra na periferia do sistema de trabalho livre, o racismo é remanipulado criando mecanismos de barragem para o negro em todos os níveis da sociedade, e o modelo de capitalismo dependente é implantado, perdurando até hoje. (MOURA, 1992, p. 62).

Deste modo, ao longo da argumentação pôde-se observar que o processo de não absorção do negro pelo mercado de trabalho corroborou para a associação entre a pobreza e a raça, pois, historicamente, a população negra foi preterida em relação à branca no mercado de trabalho e, conseqüentemente, teve diversos outros âmbitos da vida social afetados.

## **CENA CONTEMPORÂNEA: BREVES APONTAMENTOS SOBRE O RACISMO**

De acordo com pesquisa realizada pelo IBGE em 2018, o rendimento domiciliar per capita médio dos negros se aproximava da metade da média recebida por brancos (50,3%). A incidência de pobreza atinge 34,1% dos homens pretos e pardos, 34,8% das mulheres pretas e pardas e possui percentual ainda maior nas mulheres pretas e pardas sem cônjuge e com filho(s) de até 14 anos, atingindo 64,4% (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2018).

No tocante à educação, observa-se que a população negra ainda encontra entraves para ampliar seu nível de escolaridade, e, quando assim o faz, isto não garante maior qualificação para a inserção no mercado de trabalho. Apesar de avanços no sistema educacional nos últimos anos, resultando no acesso de mais brasileiros ao nível superior, as diferenças entre as populações permanecem, conforme evidenciam os dados:

Entre 1995 e 2015, duplica-se a população adulta branca com doze anos ou mais de estudo, de 12,5% para 25,9%. No mesmo período, a população negra com doze anos ou mais de estudo passa de inacreditáveis 3,3% para 12%, um aumento de quase quatro vezes, mas que não esconde que a população negra chega somente agora ao patamar de vinte anos atrás da população branca. (INSTITUTO DE PESQUISA E ECONÔMICA APLICADA, 2017, p. 2).

Diante da exposição de elementos da formação sócio-histórica do Brasil e demonstração de dados com indicadores sociais, é possível elucidar traços coloniais que se perpetuam até a contemporaneidade, sobretudo em um contexto de crise do capitalismo onde se acentuam o desemprego e o trabalho precarizado, cujos rebatimentos afetam diretamente a classe trabalhadora, em especial os negros, uma vez que no Brasil a pobreza tem cor.

Concordamos com Ianni (2004, p. 1) ao compreender que a “[...] questão racial parece um desafio do presente, mas tem sido permanente. Modifica-se ao acaso das situações, das formas de sociabilidade e dos jogos das forças sociais, mas reitera-se continuamente”. Assim, a supracitada questão sofre transformações ao longo do tempo, mas permanece presente nas relações, permeadas por vários elementos, a exemplo de identidade, diversidade, desigualdade, dominação e alienação.

Desse modo, observando-se sob a perspectiva da totalidade é possível perceber que a história do mundo moderno está entrelaçada com a história da questão racial, sendo este um desafio individual e coletivo, e também para os estudiosos da área, uma vez que são várias as contradições e espectros que perpassam o racismo e multiplicam-se ou são reafirmados durante os séculos, ao redor dos países do mundo.

No decorrer do século XXI, por exemplo, é percebido que ainda ocorre o movimento de racialização no mundo. O que acontecera em outros períodos, durante as grandes navegações e colonizações, volta a ocorrer no começo do século supracitado, uma vez que os povos são levados a crer que são delineados por suas etnias, de modo que os traços característicos de seus fenótipos são metamorfoseados em estigmas (IANNI, 2004).

Denota-se que raça, racialização e racismo são produzidos nas relações sociais, imbricados com questões de ordens cultural, econômica e política. Assim, é a dialética que perpassa as relações sociais que impulsiona o processo de racialização. A raça é desenvolvida na teia das relações sociais e por isso comporta processos de apropriação e dominação, sendo sempre sinônimo do “[conceito de] ‘racialização’, trama de relações no contraponto e nas tensões ‘identidade’, ‘alteridade’, ‘diversidade’, ‘desigualdade’, compreendendo integração e fragmentação, hierarquização e alienação.” (IANNI, 2004, p. 3).

Consonante a isso, ratifica-se que na formação de “raça” como categoria social é dada ênfase a traços fenotípicos das pessoas, de maneira que é possível elucidar

[...] a transformação da marca em estigma, o que se manifesta na xenofobia, etnicismo, preconceito, segregação, racismo. Aos poucos, o traço, a característica ou a marca fenotípica transfigura-se em estigma. Estigma esse que se insere e incrusta nos comportamentos e subjetividades, formas de sociabilidade e jogos de forças sociais, como se fosse “natural”, dado, inquestionável, reiterando-se recorrentemente em diferentes níveis das relações sociais, desde a vizinhança aos locais de trabalho, da escola à igreja, do entretenimento ao esporte, das atividades lúdicas às estruturas de poder (IANNI, 2004, p. 3).

É importante salientar que essa estigmatização não atinge apenas a questão étnico-racial, mas também as questões de gênero, classe, religião e ideologia. O que estas opressões têm em comum é o fato de ao estigmatizar, através de signos ou estereótipos, qualificar ou desqualificar o outro, sejam eles sujeitos individuais ou coletivos, inseridos no tecido das relações sociais, que passam a ser vislumbrados como diferentes, exóticos e alheios àqueles que estão em situação de poder, conforme adverte o autor.

Sem perder de vista o caráter individualista da sociedade burguesa, é possível apreender também a existência de forte competição com vistas à ascensão pessoal, socioeconômica e de classe social, o que pode servir de elemento propulsor para ações que não permitam o reconhecimento no outro,

ratificando a ideia de estranheza dos demais, de modo que o racista, preconceituoso e intolerante cria seu alvo de ódio, seja ele a população negra, ou outro povo marginalizado, estigmatizado e inferiorizado por quem está no poder (IANNI, 2004).

É através da ideologia racial que ocorre a legitimação e naturalização dos conflitos de ordem racial. Desse modo, os racistas reproduzem a segregação do outro, constantemente embasados na ideologia supramencionada, que por sua vez é passada de uma geração para a outra, com o auxílio da indústria cultural, dos meios de comunicação, das instituições, da política e passa a ser elemento constituinte da cultura moderna burguesa. Nesse cenário nasce o mito da democracia racial, para que sejam acobertadas as formas de racismo patriarcal e patrimonial engendradas na sociabilidade, o que “[...] implica em neutralizar eventuais reações ou protestos, reivindicações ou lutas dos estigmatizados, definidos de antemão como participantes tolerados da ‘comunidade nacional’.” (IANNI, 2004, p. 5).

Assim, a questão racial, permeada pelas questões ideológicas, culturais e político-econômicas, pode ser visualizada como manifestação da relação entre senhor e escravo. Esta relação perpassou a história das sociedades modernas, sendo importante para o desenvolvimento do mundo burguês e capitalista, como forma de produção e civilização histórica, criando castas e classes sociais, colonizador e colonizados, em constantes relações de poder e subordinação (IANNI, 2004). Dessa forma,

[...] a sociedade moderna, burguesa, capitalista, fabrica contínua e reiteradamente a questão racial, assim como as desigualdades feminino-masculino, o contraponto sociedade-natureza e as contradições de classes, além de outros problemas com implicações práticas e teóricas. São enigmas que nascem e desenvolvem-se com a modernidade, por dentro e por fora do ‘desencantamento do mundo’. A despeito de inegáveis conquistas sociais realizadas no curso dos tempos modernos, esses e outros enigmas se criam e recriam, desenvolvem e transfiguram, em diferentes círculos de relações sociais, não só em sociedades nacionais como também na sociedade mundial. De par-em-par com a globalização da questão social, desenvolve-se e intensifica-se mais um ciclo de racialização do mundo [...]. (IANNI, 2004, p. 7-8).

Nessa mesma direção, Procopio (2017) baseando-se em Moura (1994), sinaliza o racismo enquanto estruturante da formação sócio-histórica brasileira, o que serve para ratificar que sua superação deve ocorrer numa sociabilidade diferente da que é posta no mundo capitalista. Com isso, os negros, que compõem a maior parcela da população do país são espoliados duas vezes: social e racialmente, tendo assumido “[...] papel predominante, ainda que por processos lentos e por vezes contraditórios, no antagonismo de classes que tem se acirrado nas últimas décadas com a crise estrutural do capital” (PROCOPIO, 2017, p. 245), com a preponderância do neoliberalismo e conservadorismo em níveis nacional e mundial.

Para Moura (1994), o racismo apresenta opiniões contrárias em relação às consequências de suas práticas, em sua maioria, colocam-se em discussão as diferentes formas de manifestação, significação e funcionalidade associando-o sempre a uma carga emocional, o que evidencia que os debates em torno do seu significado transcendem o âmbito acadêmico, visto que seu real sentido expressa uma ideologia de dominação. Pode-se afirmar que

[...] ele não é uma conclusão tirada dos dados da ciência, de acordo com pesquisas de laboratório que comprovem a superioridade de um grupo étnico sobre outro, mas uma ideologia deliberadamente montada para justificar a expansão dos grupos de nações dominadoras sobre aquelas áreas por eles dominadas ou a dominar. Expressa, portanto, uma *ideologia de dominação*, e somente assim pode-se explicar a sua permanência como tendência de

pensamento. Vê-lo como uma questão científica cuja última palavra seria dada pela ciência é plena ingenuidade, pois as conclusões da ciência condenam o racismo e nem por isso ele deixa de desempenhar um papel agressivo no contexto das relações locais, nacionais e internacionais. (MOURA, 1994, n.p., grifos nossos).

O entendimento em torno deste conceito é polêmico, e que a depender da conjuntura política e histórica é possível compreender o motivo pelo qual ganha vitalidade e consegue se desenvolver com tamanha agressividade. Logo, verifica-se que o racismo apresenta, em última instância, um conteúdo de dominação, que vai além do quesito étnico e engloba aspectos políticos e ideológicos. Seria insensato combatê-lo somente pelo âmbito acadêmico e puramente científico, posto que as respostas fornecidas pela ciência servem como uma espécie de armamento ideológico que justifica a dominação (MOURA, 1994).

O racismo inicialmente seguiu uma lógica ofensiva de dominação, especialmente no período anterior ao surgimento do capitalismo, este possuía um efeito multiplicador ideológico, que visava alimentar as pretensões políticas e expansionistas das nações dominadoras, servindo-lhes “[...] como arma de combate e de justificativa para os crimes cometidos em nome do direito biológico, psicológico e cultural de ‘raças eleitas’ ” (MOURA, 1994, n.p.).

O imperialismo/neocolonialismo contribuiu para multiplicar diferentes formas de racismo, na medida em que permitiu modernizá-lo através da utilização de mecanismos de dominação mais sofisticados. A ideologia colonialista era e permanece fundamentada por uma produção literária de cunho racista. No caso brasileiro, autores como Silvo Romero e Euclides da Cunha, por exemplo, reforçavam em suas produções um teor racista, que visa desqualificar o negro, subjugando-o enquanto raça inferior.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O fato de a população negra representar o povo majoritário no Brasil não significa que as políticas públicas são acessadas de forma igual pelos distintos segmentos étnicos brasileiros. Os negros permanecem apresentando os indicadores mais elevados de pobreza, de forma conjunta com menor acesso aos direitos básicos, a exemplo da saúde e saneamento básico. Com essa conjuntura, é imperativa

[...] a identificação do Brasil como um país institucionalmente racista. Isso significa desbordar paradigmas conservadores, cujo discurso centrado na igualdade de oportunidades e no mérito individual procura refutar os dados da realidade e reduzir recursos públicos para intervenções de combate às desigualdades estruturais e estruturantes da sociedade. Os impactos desse contexto se expressam na manutenção das iniquidades, ou seja, na perpetuação da negligência às necessidades humanas de grandes contingentes populacionais. (PROCOPIO, 2017, p. 247).

Tal identificação implica a percepção de que o racismo é estrutural, ou seja, basilar nas sociedades ocidentais da contemporaneidade, comportando os âmbitos da cultura, da economia e da política. Por outro lado, o racismo é também estruturante, pois é elemento que de forma conjunta com outros, a exemplo do sexismo, impossibilita a eliminação das situações opressoras que se manifestam nos diversos âmbitos da vida social (PROCOPIO, 2017).

Similarmente, o racismo possui um tipo peculiar de racionalidade imanente ao sistema econômico e político dominante, sendo abarcado pelo capitalismo enquanto uma das formas de respostas desse sistema às crises. Nessa direção, o racismo na contemporaneidade é elemento constituinte das relações sociais e corresponde a um meio de dominação abrangente, o racismo institucional, que atravessa todas as relações sociais e não deve ser atribuído apenas aos sujeitos isoladamente, uma

vez que se manifesta no descaso sistemático das formas de preconceito correlacionados à questão étnico-racial, o que leva à reprodução de ações de discriminação no espaço das instituições (PROCOPIO, 2017).

Ainda no que concerne ao racismo como forma de racionalidade estruturante da sociedade capitalista, ele se constitui como elemento substancial para a continuidade dos processos exploratórios de classe e se interconecta com diversas esferas que atuam na produção da subjetividade humana, de modo que a perpetuação das desigualdades pautadas no quesito étnico-racial perpassa as mais distintas esferas da vida social. Assim, o modo de funcionamento racional do capitalismo é racista e demanda ações como naturalização da violência contra o povo negro, manutenção das desigualdades de gênero e adensamento do conservadorismo.

É imprescindível o reconhecimento das relações de poder pautadas na branquitude, que imperam nas sociedades que sofreram colonização, o que acarretou em privilégios nos âmbitos material e não material, detidos por aqueles que descendem dos colonizadores. Assim,

O racismo tem conteúdos de dominação cultural, mas também econômicos e políticos. Por isso, o seu combate deve transbordar os vieses culturalistas e identitários (sem excluí-los) e articular a dimensão da luta de classes. Isso significa compreender o racismo como componente estrutural nos processos dinâmicos de acumulação de capital, e mais, que a consciência da luta antirracista – que desnaturaliza o racismo ao abordá-lo como questão a ser enfrentada politicamente pelo Estado – ocorre no nível das lutas concretas dos trabalhadores, entendidos (todos) como sujeitos históricos. (PROCOPIO, 2017, p. 256).

Isto posto, expõe-se a necessidade da vinculação da questão étnico-racial em sua totalidade, fazendo as necessárias mediações com as perspectivas de classe, por exemplo, sempre que necessário, com vistas à real apreensão dos sujeitos negros inseridos na sociabilidade capitalista que, certamente, possuem demandas específicas que necessitam ser levadas em conta.

Além disso, é preciso compreender que o processo discriminatório sofrido pelos negros ao longo da formação sócio-histórica brasileira também é visível no âmbito das políticas sociais, nas relações mediadas pelo racismo institucional, que acabam trazendo, historicamente, consequências e disparidades no acesso aos direitos sociais por esses sujeitos.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra**: uma política do SUS. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 3 ed., 2017. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica-nacional-saude-populacao-negra-3d.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2018.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 5 ed., 2006.

IANNI, O. A dialética das relações raciais. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 18, n. 50, p. 21-30, jan./abr. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n50/a03v1850.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2019.

\_\_\_\_\_. **O. Raças e classes sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasil). **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Brasil). **Retrato das desigualdades de gênero e raça - 1995 a 2015**. Brasília, DF: IPEA, p. 1-5, 2017. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306-retrato-das-desigualdades-de-genero-raca.pdf>. Acesso em: 18 ago., 2019.

MARTINS, T.C. S. Questão étnico-racial: seus nexos com o núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira. In: GONÇALVES, M. C.V. et al. (org.). **Temas contemporâneos no serviço social**: um convite à reflexão. São Cristóvão: Editora UFS, 2016. p. 21-48.

MARTINS, T.C.S. Racismo, questão social e serviço social: elementos para pensar a violação de direitos no Brasil. **Revista Inscrita**, Brasília, DF, p. 11-17, dez. 2013. Disponível em: <https://issuu.com/cfess/docs/inscrita14-cfess-site>. Acesso em: 07 jun. 2018.

MENDONÇA; E. S. **Cotas raciais: uma análise a partir da visão dos discentes de graduação da Universidade Federal de Sergipe**. 2018. Trabalho e Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018.

MENEZES; F.C.de. Repensando a funcionalidade do racismo para o capitalismo no Brasil contemporâneo. **Libertas: Revista Faculdade de Serviço Social/ UFJF**, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 9 - 72, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18255>. Acesso em: 18 jan. 2019.

MOURA, C. **História do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 2 ed., 1992.

MOURA, C. O racismo como arma ideológica de dominação. **Revista Princípios**. São Paulo, n. 34, 1994. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/moura/1994/10/racismo.htm>. Acesso em: 08 jan. 2019.

PRADO JR. C. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1 ed., 2011.+

PROCOPIO, A. P. Racismo estrutural, crise do capital e ofensiva conservadora: desafios à luta antirracista. In: **SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA**, 2017. Minas Gerais. Anais [...]. Minas Gerais, v.2, n.1, 2017. p. 245-257.

\*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFS (PROSS/UFS). Graduada em Serviço Social pela UFS (2019), atualmente integra o Grupo de Estudos e Pesquisas em Trabalho, Questão Social e Movimento Social (GETEQ). E-mail: mayaramonteiramos@hotmail.com

\*\*Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFS (PROSS/UFS). Graduado em Serviço Social pela UFS (2019), atualmente integra o Grupo de Estudos e Pesquisas em Saúde (GEPS). E-mail: cleverton45@hotmail.com

\*\*\*Doutora em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2007), mestre em Sociologia pela UFS (1999) e graduada em Serviço Social da UFS (1984). E-mail: calmeida2016@gmail.com